

Collor, seguidor ferrenho de uma linhagem política

4-10-89

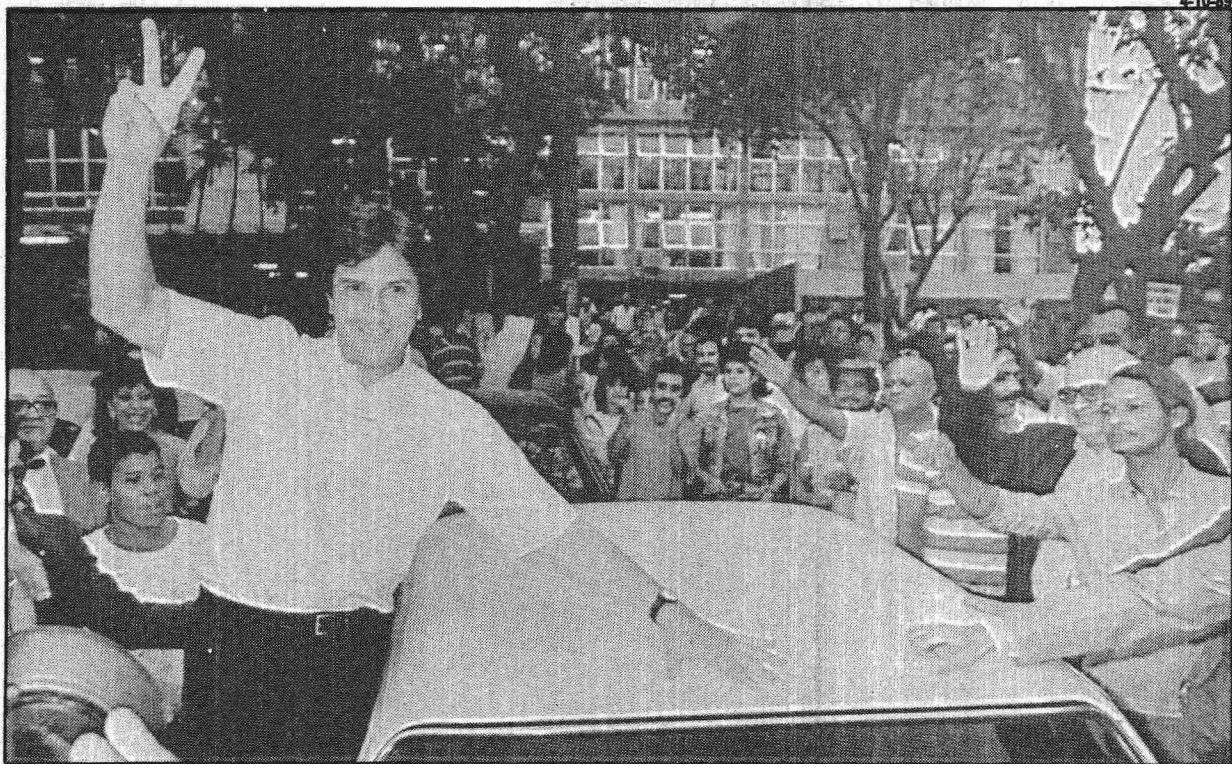
O candidato mais jovem — completou 40 anos em agosto —, Fernando Collor de Mello, tem muitas vezes essa idade em termos de linhagem política. Neto por parte de mãe do jornalista e político gaúcho Lindolfo Collor — autor da legislação trabalhista implantada por Getúlio Vargas no Estado Novo — e filho do ex-Senador e ex-Governador de Alagoas Arnon de Mello, a quem se atribui a derrota da oligarquia dos Goes Monteiro no Estado, o candidato do PRN conviveu, precocemente, com a rudeza das disputas políticas.

Essa herança o credenciaria, quase 30 anos depois, para a caminhada rumo ao Palácio do Planalto. A firmeza com que lançou e solidificou sua candidatura, à revelia das práticas e das articulações políticas tradicionais, remonta à infância, quando acompanhava o pai nos palanques.

Em 1972, seu pai, adoentado, lhe entregou a direção da "Gazeta de Alagoas", e a iniciação política de Collor transpôs o âmbito familiar. No ano seguinte, assumiria a superintendência do Grupo Arnon de Mello, que, além do jornal, tem a TV Gazeta, duas emissoras de rádio FM e uma AM e uma gráfica. Formado em Economia e Jornalismo, até então exercera apenas a segunda atividade, no início da década de 70, como estagiário do "Jornal do Brasil" em Brasília.

A promoção meteórica novamente colocou-o em contato com a intrincada política alagoana. Nomeado Prefeito de Maceió, aos 29 anos, por força de acordo entre seu pai e o grupo do ex-Governador Divaldo Suruagy (Arena), hoje seu adversário político, Collor não saiu desse mandato apenas com a cerrada oposição promovida pela "Tribuna de Alagoas", de propriedade do Senador Teotônio Vilela. O editor das críticas ao jovem Prefeito, o jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva — que o acusara de favorecer o Grupo Arnon de Mello com publicidade oficial —, viria a ser o assessor de imprensa de sua campanha presidencial.

Após a gestão na Prefeitura, Collor se elegeu Deputado federal, em 1982, pelo PDS, e sua passagem pela Câmara consigna o voto favorável, em abril de 84, à Emenda Dante de Oliveira, que propunha "Diretas, já". Por fidelidade partidária, Collor votou, na sucessão presidencial de 1985, em Paulo Maluf, padrinho de seu segundo casamento. No ano se-



Collor de Mello oferece ao eleitor uma vida inteira ligada à política, desde os seus primeiros passos na infância

guinte, já no PMDB neo-republicano, elegeu-se Governador do Estado, derrotando Guilherme Palmeira (PDS), hoje Prefeito de Maceió.

No dia da posse no Palácio Marechal Deodoro da Fonseca, Collor deu a senha de como pretendia passar da recém-conquistada administração estadual à federal. Num conjunto de medidas de impacto, abriu mão da aposentadoria de Governador, congelou o próprio salário, recolheu a frota de veículos oficiais de representação e fechou escritórios do Governo em três Estados. A iniciativa de moralizar a administração pública culminou com a caça aos marajás.

A onda moralizadora estendeu-se também aos usineiros, que deviam centenas de milhões de dólares ao banco estadual. Mas o grande trunfo da plataforma de Collor seria reforçado com a ferrenha oposição ao Governo Federal. Opondo-se à redução do mandato do Presidente Sarney para cinco anos (queria reduzi-lo para quatro) Collor conquistou desafetos no Palácio do Planalto e intenções de votos em todo o País. Alagando boicote financeiro do Go-

verno Federal, transformou a adversidade em instrumento de campanha ainda na administração do Estado.

Após 26 meses no Governo de Alagoas, abandonou o mandato para se dedicar à candidatura presidencial. A enxurrada de adesões provenientes de todos os cantos do País obrigou-o a uma depuração dos apoios que, em muitos casos, seriam até desabonadores. Em maio, já contabilizava como aliados quatro Governadores, cinco Senadores, mais de 250 prefeitos, mais de 20 Deputados federais e 30 estaduais.

Desligado do PMDB desde o ano passado, Collor recebia adesões que se sobrepunham à fidelidade partidária. A meta de vencer o pleito já no primeiro turno ganhava alento com sua ascensão nas pesquisas, a partir de junho, quando os demais concorrentes foram obrigados a reconhecer que tinham um adversário que não podia ser subestimado.

O Governo Federal, para Collor, era um exemplo eficaz dos efeitos danosos das práticas administrativas que pretendia expurgar da vida pública brasileira. O apelo não poderia

se dar melhor. Em poucos meses, tornou-se o favorito de grande parte do eleitorado.

Como se desligara do PMDB no ano passado, em represália à aprovação pela Constituinte do mandato de cinco anos para o Presidente Sarney, Collor participou de articulações em prol do Partido da Juventude, que, em fevereiro, passaria a se chamar Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

E, assim, logo aderiram a Collor o Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães; o Senador Carlos Chiarelli (PFL-RS); a Vice-Governadora de Minas, Júnia Marise (PMDB); o Partido Trabalhista Renovador, que ajudou a eleger o Governador Moreira Franco; o Prefeito de Curitiba, Esperidião Amin (PDS); Dona Sara Kubitschek; a atriz Mariília Pera; a cantora Simone; o casal peemedebista Rita e Gerson Camata (ES); o sindicalista Antônio Rogério Magri; e o Presidente da CNI, Senador Albano Franco; o Presidente do Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira — entre dezenas e dezenas de personalidades nacionais.